ACORDOS COMERCIAIS

O AGRO E OS MERCADOS ASIÁTICOS

CELIANO PLOCHARSKI DA CUNHA
Mestre em Agronegócio pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

ANGELO COSTA GURGEL
Coordenador do Mestrado Profissional em Agronegócio (MPAgro) da FGV-EESP

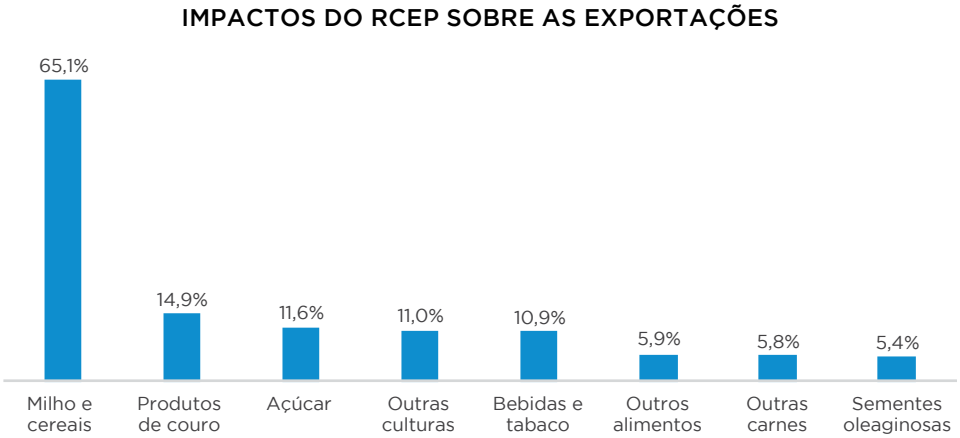
OS ATUAIS ventos liberais apresentados pelo novo governo deveriam soprar o agronegócio brasileiro na direção da Ásia. Lograr maiores ganhos com parcerias e acordos com os países asiáticos tem sido assunto recorrente e defendido por especialistas em questões globais do agronegócio.

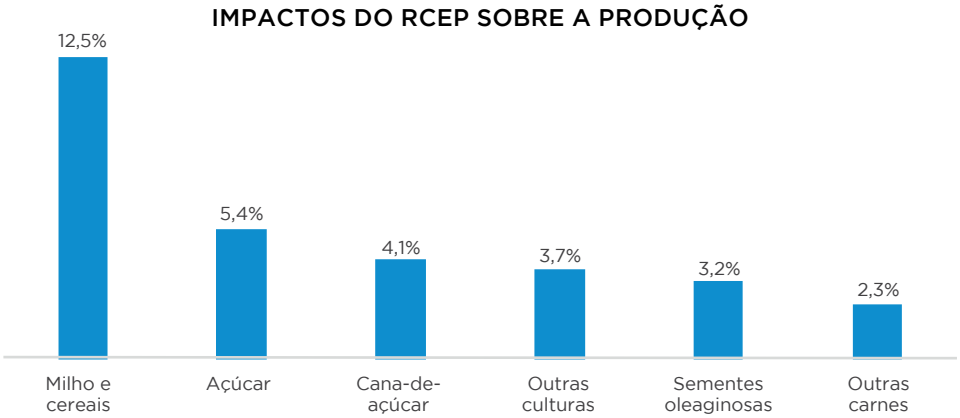
Países estão buscando acordos preferenciais de comércio como solução assertiva para os entraves comerciais, ainda mais diante da inércia e das dificuldades nas negociações internacionais multilaterais. Entretanto, é visível a estagnação do Brasil frente ao dinamismo do mercado e à agilidade dos agentes nele inseridos. As iniciativas da Rodada Doha, do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e do acordo com a União Europeia foram, até o momento, a estratégia da política comercial brasileira, com pouco ou nenhum sucesso logrado.

Estima-se que o aumento da demanda por alimentos pela Ásia estabeleça desafios para o comércio internacional. Países daquele continente já são, ou serão, os futuros grandes demandantes de alimentos, como Japão, China, Coreia do Sul e Índia. O Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP), que inclui China, Japão, Coreia do Sul, Índia, Austrália e Nova Zelândia mais os membros da Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) – Tailândia, Filipinas, Malásia, Cingapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Myanmar, Laos e Cambodja –, encontra-se entre os maiores acordos preferenciais de comércio em negociação no mundo. Esse acordo é singular, visto que tem como participantes China e Índia, países-chave para o comércio mundial, já que não são membros de outros acordos dessa proporção.

Assim, que oportunidades o Brasil perde por não se envolver em tal acordo? Se o Brasil entrasse no RCEP, isso produziria um cenário promissor ao agronegócio brasileiro? Haveria efeitos positivos sobre as variáveis macroeconômicas brasileiras? Com o objetivo de entender os potenciais impactos de uma maior integração comercial entre Brasil e a região asiática, pode-se valer de exercícios de modelagem econômica para projetar os efeitos para o País caso ele fizesse parte do RCEP.

Valendo-se de uma dessas ferramentas de modelagem de uso e reconhecimento internacional, oriunda do Global Trade Analysis Project[1], projetou-se que, se o Brasil se engajasse no RCEP, em que as barreiras tarifárias entre os países são 100% eliminadas, tal grau de abertura proporcionaria um aquecimento da economia, injetando US$ 2,416 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB), impacto semelhante, em termos relativos, ao que outros países participantes perceberam, como a China, a Austrália e a Nova Zelândia. Já os impactos do ensaio de um acordo do Brasil com o Trans-Pacific Partnership (TPP) – mais discutido por especialistas brasileiros – seriam três vezes menores. Concomitantemente, o Brasil deixaria de realizar quase US$ 1 bilhão em negócios e eficiência no uso dos seus recursos enquanto assistisse passivamente à conclusão do RCEP. Esses efeitos negativos sobre o PIB brasileiro serão menores (U$ 210 milhões) caso haja entendimento entre





os membros do TPP. O TPP é uma iniciativa de acordo de livre-comércio entre onze países: Canadá, México, Japão, Brunei, Malásia, Cingapura, Vietnã, Austrália, Nova Zelândia, Peru e Chile. Será um ponto paradigmático no sistema de comércio internacional, causando impactos econômicos e regulatórios sobre inúmeros países.

IMPACTOS SOBRE AS EXPORTAÇÕES

Fazendo parte do RCEP, a pauta de produtos do agronegócio brasileiro teria as suas exportações aumentadas em 7,7%, o que equivale a uma adição de US$ 7,20 bilhões às exportações do agro. Os setores de milho e cereais, produtos de couro, açúcar e outras culturas (principalmente café) e outros setores do agronegócio veriam um acentuado aumento em exportações.

Em termos absolutos, o destaque fica para o açúcar, que teria um acréscimo nas exportações no montante de US$ 1,74 bilhão. No caso de o Brasil apenas assimilar passivamente os impactos do RCEP sobre os produtos do agronegócio, espera-se uma redução nas exportações de óleo vegetal e açúcar de 3,66% e 3,32% respectivamente. Essa posição traz perdas consideráveis à exportação de inúmeros produtos da pauta agroexportadora, incluindo os setores de sementes oleaginosas, algodão e plantas fibrosas.

IMPACTOS SOBRE A PRODUÇÃO

Uma maior abertura comercial em relação aos países asiáticos traria para os setores do agronegócio um aumento no valor da produção de cerca de US$ 5,1 bilhões. As cadeias de milho e cereais,

açúcar, outras culturas, sementes oleaginosas e outras carnes (aves e suínos) são as mais beneficiadas com o RCEP.

A presença do agronegócio brasileiro no mercado mundial é primordial para garantir a segurança alimentar ao mundo. Em relação à economia nacional, a exportação e a produção do agronegócio colaboram com a continuidade e a expansão das reservas internacionais, a liberdade da política monetária, o aumento do PIB do interior do País e o controle da inflação.

O exercício de simulação revela que a apatia brasileira nos acordos comerciais gera decréscimo de exportações e produção. Destaca-se que a entrada no comércio da Ásia – que, nessa ocasião, foi ponderada por meio de um acordo de redução total das barreiras comerciais com os integrantes do RCEP – oferece uma oportunidade de ganhos ao Brasil e é nomeadamente um mercado instigante para o agronegócio brasileiro. Desta forma, recomenda-se um empenho contínuo dos setores do agronegócio, da política comercial e da diplomacia brasileira em prol de iniciativas de aproximação aos países asiáticos. Cabe a construção de propostas de políticas comerciais condizentes às dinâmicas mundiais e que, assim, atendam as demandas dos setores do agro e, ainda, viabilizem o crescimento econômico do Brasil. ■

1 https://www.gtap.agecon.purdue.edu



SHUTTERSTOCK